



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 07 – Ano IV – 05/2015
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

Religião, suas Funções e sua Plausibilidade na Pós-modernidade

Maristela Patricia de Assis
Mestrado em Ciências na Religião - PUC/GO - Brasil
Doutoranda em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás -
PUC/GO – Brasil
Analista em C&T - Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Químicas e
Geociências - COCQG/CGCEX/DEHS
<http://lattes.cnpq.br/7371455685579152>
E-mail: maristela.assis@cnpq.br

Resumo: Este artigo é uma análise da religião e suas funções sociais e suas inter-relações com os demais setores da sociedade. As religiões estão em interação histórica e dialética com as outras esferas e subsistemas da sociedade, transformando e sofrendo transformações. As transformações ocorridas no campo religioso são inquestionáveis, mesmo em uma sociedade globalizada, e tais transformações não foram suficientes para propor o fim da religião.

Palavras-chave: religião, transformação, secularização, sociedade, plausibilidade.

Religião e controle social

A religião e sua plausibilidade na pós-modernidade é um tema intrigante que instrui o leitor a um olhar atento para as idéias e termos que se inserem no texto.

Vale a inclusão de definições iniciais com o simples objetivo de facultar o exame minucioso das questões suscitadas e iniciar a conversa.

Abrindo o tema nos defrontamos com a palavra sociedade. Na indicação do sentido da palavra proposta por Berger (1985, p. 20 e 24) a sociedade é parte constituinte da cultura produzida e assegurada pelo ser humano em atividade, resultado da ação humana que alcançou o status de realidade objetiva. A sociedade é uma elaboração do indivíduo incluído na cultura e é construída e sustentada pela laboração humana, pelas inter-relações firmadas entre esses indivíduos num espaço e tempo previamente estipulado e se apresentando como uma realidade objetiva e exterior. Berger (p. 20) afirma o ser humano como um ser social com sua faculdade de construir um mundo na forma de um empreendimento coletivo, e naturalmente tal mundo por ele construído é a cultura. As ações engendradas pelo ser humano no sentido de construção de mundo se efetivam coletivamente e não isoladamente ou individualmente. A sociedade é uma condição necessária da cultura e, para Berger (1985, p. 21) a sociedade estrutura, distribui e coordena as atividades de construção do mundo que são desenvolvidas pelos seres humanos.

O mundo socialmente construído é uma ordenação da experiência que é própria a toda espécie de interação social (BERGER, p. 32). Qualquer construção social do ser humano se faz a partir de suas experiências em sua realidade objetiva, a partir de sua aprendizagem, suas interiorizações e exteriorizações, incluindo seu contínuo processo de socialização. A pessoa se torna indivíduo dentro de um mundo no qual ele participa, interage e é, não só ator, mas também um construtor no conjunto de construtores. O indivíduo não é modelado como coisa passiva e inerte, ele é formado no curso de uma prolongada conversação em que ele é participante, e o mundo social não é passivamente absorvido por ele, e sim apropriado ativamente por ele (BERGER, p. 31). Assim, é dialeticamente que se desenvolve todo esse processo de construção social do mundo e também o processo de individualização do ser humano. Porque o ser humano se individualiza e se torna um para o convívio social em uma determinada sociedade na qual ele se insere e exerce os diversos papéis que lhe são conferidos e atribuídos.

A sociedade como empreendimento de construção do mundo é uma atividade ordenadora ou nomizante, e participar da sociedade é participar de seu saber, co-habitar o seu nomos. (BERGER, p. 32). Em sua necessidade de construir um mundo

para si e em coletividade o ser humano também necessita que esse mundo seja ordenado e capaz de regular suas ações e interações de tal forma que possa evitar ou resolver o caos que porventura possa se instalar. Assim a sociedade acaba por definir papéis aos indivíduos esperando que os represente de forma capaz e seguindo um modelo que a própria sociedade já instituiu. São modelos a serem seguidos pelo indivíduo dentro da sociedade e que não só devem ser devidamente manifestados e exteriorizados, mas são repleto de sentido para a própria sociedade, dando-lhe um caráter normatizante. A sociedade adota mecanismos coercitivos e eficazes para que tais papéis sejam exercidos por meio de sanções, sob pena de punição.

Segundo Berger (1985, p. 24 e 25) a sociedade dirige, sanciona, controla e pune a conduta individual, mas, sua coercitividade fundamental está, não em seus mecanismos de controle social, mas no seu poder de se constituir e de se impor como realidade. Dessa forma, os indivíduos têm plenamente e automaticamente interiorizados seus papéis e paradigmas, e o manifestam adequadamente quando requerido dentro de sua realidade objetiva, e o fazem dentro de uma ordem fundamental e significativa estabelecida pela sociedade ao indivíduo.

A socialização, o controle social e a legitimação são os suportes que mantêm a ordem social, contendo as possíveis ameaças. Isso porque as construções sociais, além de inacabadas e em constantes mudanças são também imperfeitas e não dão conta de todas as suas debilidades enquanto sistema e associações representativas de um grupo, ou enquanto sociedade. Necessita da maior variedade de mecanismos que pode produzir para solucionar suas inconsistências e incertezas frente às ameaças que se apresentam.

O controle social tem a função de manter a harmonia interna do grupo, impedindo que as resistências individuais e do grupo possam por em risco essa harmonia, de forma a se manter em níveis que o grupo venha a suportar para que uma certa ordem impere internamente. Dessa forma suaviza e reduz as ameaças com o fim de manter a ordem estabelecida e evitar o caos. A legitimação entendida como o saber socialmente objetivado tem a função de explicar e justificar a ordem social (BERGER, p. 42). São assim estabelecidas as normas sociais para manutenção da ordem social.

Religião e legitimação

A religião é o instrumento mais amplo e efetivo de legitimação, e legitima de forma eficaz relacionando com a realidade suprema as precárias construções da realidade erguidas pelas sociedades empíricas (BERGER, p. 45). O que possibilita que as instituições e suas normas adquiram um caráter de também sagrado e universal, conforme a realidade que se pretende manter, e em acordo com a sociedade e suas construções sociais. Nas palavras de Bordieu (1998, p. 52), em uma sociedade dividida em classes, a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas contribui para a perpetuação e reprodução da ordem social ao contribuir para consagrá-la, sancioná-la e santificá-la. A religião assume a função de manter a ordem social com suas práticas, sistemas simbólicos e crenças, em harmonia com a realidade objetiva socialmente construída, ou seja, em acordo com a sociedade e sistemas vigentes.

As funções sociais desempenhadas pela religião em favor de um grupo ou classe diferenciam-se de acordo com a posição que este grupo ou classe ocupa na estrutura das relações de classe e na divisão do trabalho religioso (BORDIEU, p. 50). Se o grupo ou classe dominante pertence a uma determinada religião, a função legitimadora dessa religião dentro da sociedade é forte e consistente. Poderia se pensar então que, em caso contrário, se a religião e seus adeptos fossem de classe dominada, tal religião poderá ser facilitadora de conflitos ou até mesmo revolta dentro de grupos ou classes sociais, produzindo assim estados de anomia. Porém, não é dessa forma que ocorre em relação aos dominados em uma determinada classe social, adeptos de uma religião. A tendência à legitimação permanece mesmo nessa condição em que os fiéis são de classe dominada, nessa perspectiva de Bordieu. É de interesse da religião a legitimação de paradigmas, valores, enfim, da realidade objetivada de uma sociedade específica que vive em condições também específicas de vida e em determinada posição social, cultural, econômica, pertencendo, assim a determinada classe social. O interesse da religião tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades vinculadas a um tipo determinado de condições de existência e posição na estrutura social (BORDIEU, p. 50). A legitimação está então ligada aos interesses específicos de uma classe determinada que prevalece sobre as demais. Em uma sociedade dividida em

classes, a estrutura dos sistemas de práticas e representações religiosas se organiza, em relação à religiosidade dominante, tendentes a justificar a hegemonia das classes dominantes (BORDIEU, p. 53). Porém, no pólo oposto, a estrutura dos sistemas de práticas e representações religiosas se organiza, ainda segundo Bordieu (1998, p. 53), em relação à religião dominada, tendentes a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação.

As funções sociais que a religião cumpre se deve ao fato de que os leigos contam com ela para que lhes forneça justificações de existir em uma posição social determinada e não somente a função de livrá-los do sofrimento (BORDIEU, p. 48). Justificada a existência humana em uma determinada posição social, a classe dominante se vê na confortável situação de estar onde é o seu lugar e onde com certeza a divindade determinou para ela, e a classe dominada se vê na desconfortável situação de estar onde não gostaria de estar, mas que foi determinado para ela. O conformismo se instala entre os dominados sob o poder legitimador da religião, nessa perspectiva de Bordieu.

Religião e a secularização

Em sua função mantenedora da ordem social, a religião está em constante interação com outros sistemas e representações sociais. Todas as religiões estão em interação histórica e dialética com as outras esferas e subsistemas da sociedade, como a política, a economia, a educação e a ideologia (BORDIEU apud Moreira, p. 1). A religião não existe e nem subsiste isoladamente e nem tampouco independentemente dos diversos subsistemas sociais, mas está em constante interação e por isso mesmo termina por interferir e sofrer interferências desses subsistemas de uma forma dinâmica e transformadora. Uma sociedade rural e agrária gerará uma religião rural e agrária; uma sociedade globalizada regida pelos fluxos internacionais do capital e da informação, vai provavelmente gerar ou favorecer religiões adaptadas aos horizontes da globalização (MOREIRA, p. 2).

Um claro exemplo de como tais interferências são reais e até profundas pode ser verificado no processo de secularização entendido por Berger (1985, p. 119)

como aquele pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos manifestando-se na retirada das Igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle ou influência. O resultado disso foi a separação da Igreja e do Estado, expropriação das terras da Igreja ou emancipação da educação do poder eclesiástico (BERGER, p. 119). A partir daí demais setores como a arte, a filosofia, a literatura, foram afetados declinando dos conteúdos religiosos. Os indivíduos começaram a lidar com seus enfrentamentos sem recorrer aos conteúdos religiosos, buscando outras fontes de recursos para explicar e até mesmo solucionar problemas. Nesse ponto o crescimento da ciência e das tecnologias que se seguiram e até fizeram parte desse processo de secularização serviram como fonte de recursos para os indivíduos em seus enfrentamentos. Na linguagem de Berger (1985, p. 120), houve uma secularização da consciência, significando que o ocidente moderno tem produzido um número crescente de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem o recurso às interpretações religiosas. A secularização de diversos setores da sociedade viabilizou diversos recursos nas artes, ciência, literatura, mídia, que possibilitou ao indivíduo uma gama de escolhas em suas práticas religiosas e sistemas simbólicos.

Nesse processo de secularização a religião torna-se escolha pessoal, da preferência do indivíduo. A religião se localiza na esfera privada da vida social cotidiana sendo marcada pela individualização, tornando-se assim assunto de escolha ou preferência do indivíduo ou núcleo familiar (BERGER, p. 145). E como assunto de preferência pessoal, deixou alguns setores da sociedade livres de sua influência, como por exemplo, a ciência, o Estado, a política, entre outros. A religião inserida na esfera privada tornou-se escolha individual e, como toda escolha, necessita de uma decisão a ser tomada, ou que se escolha uma das alternativas que se apresentam. Assim se estabelece uma certa liberdade de escolha, ou liberdade religiosa que permite ao indivíduo transitar pelos mais diversos espaços religiosos como forma de experimentação e conhecimento, até mesmo para fins de decisão. E como escolha individual, a preferência por uma ou outra religião agora será baseada nos interesses pessoais, na medida em que se adequou não só às características do indivíduo, mas também à capacidade que tal religião terá de atender à demanda desse indivíduo, às suas exigências.

A religião continua a influenciar fortemente o indivíduo e a família, mas, segundo expressão utilizada por (BERGER, p. 145), como religião privatizada que se limita a domínios específicos da vida social, podendo ser segregado dos setores secularizados da sociedade moderna. Essa segregação não impediu que a religião continuasse a funcionar como mantenedora da ordem social. Para Berger (1985, p. 145) essa segregação da religião no âmbito da esfera privada é bastante funcional para a manutenção da ordem racionalizada das instituições econômicas e políticas moderna.

Religião e sua pausibilidade

A secularização ocasionou a polarização da religião concomitante à perda de seu caráter coletivo e de realidade, conduzindo a uma situação de pluralismo em que diferentes grupos religiosos são tolerados pelo Estado e competem uns com os outros (BERGER, p. 146). Há então o surgimento de uma diversidade religiosa e o crescimento de religiões que antes ficavam marginalizadas, finalizando assim o tempo do monopólio das religiões tradicionais. Termina-se o monopólio e o poder das religiões tradicionais de impor suas práticas e sistemas simbólicos de maneira autoritária e pela submissão inquestionável. A característica-chave de todas as situações pluralistas é que os ex-monopólios religiosos não podem mais contar com a submissão de suas populações, pois ela se torna voluntária (BERGER, p. 149). Com o fim dos monopólios das tradições religiosas e a submissão imposta, a religião como escolha individual, surge a liberdade religiosa. O indivíduo pode escolher livremente seu credo, pode se utilizar de diversas práticas religiosas, ou até mesmo se subtrair delas voluntariamente.

A religião no passado era uma imposição do Estado, mas atualmente, com o processo de secularização, ela se tornou um produto que como outro qualquer é oferecido para a compra, um serviço prestado que tem um preço para que continue no mercado; e tem também uma clientela destinada com a liberdade de comprar ou não esse produto e, ou, serviço. Está disponível no mercado para venda cuja compra depende da vontade do cliente. O indivíduo-cliente pode comparar as diversas religiões e escolher a que melhor lhe satisfaz como um cliente em um mercado competitivo. A situação pluralista é uma situação de mercado, as

instituições religiosas tornam-se agências de mercado, as tradições religiosas tornam-se comodidades de consumo, e a atividade religiosa torna-se dominada pela lógica da economia de mercado (BERGER, p. 149). Isso requer uma organização ainda maior nos moldes de uma economia de mercado, dentro de um sistema funcionalista-liberal, fazendo com que as diversidades religiosas se institucionalizem nos moldes das instituições burocráticas existentes, exigindo todo um aparato de pessoal especializado e de bens religiosos condizentes com a criteriosa clientela.

A religião vista nesse prisma traçado por Berger e Bordieu estaria já na modernidade e mais ainda na pós-modernidade em grande crise de plausibilidade, caminhando para o seu fim. Ou ainda, nas diferentes versões deste paradigma tradicional na sociologia da religião, o avanço da modernidade significa a derrota da religião (MOREIRA, p. 134). Estaria a religião inviabilizada? A religião, na verdade, está mergulhada em profunda crise de credibilidade proveniente de sua própria condição de mercadoria como consequência do processo de secularização.

A tese da secularização, portanto, reside nos quadros gerais das teorias da modernização, que propõem que à medida que a industrialização, urbanização, racionalização e o pluralismo religioso crescem, a religiosidade tem que diminuir (FINKE&STARK *apud* Moreira, p. 134). Com o avanço cada vez maior desse processo de secularização a religião chegaria ao seu fim. Porém, Finke e Stark apresentam um novo paradigma afirmando a existência de uma economia de bens religiosos, assim como existe uma economia de bens econômicos, postulando que a modernidade é compatível com a religião e com o capitalismo (FINKE&STARK *apud* Moreira, p. 134). Sendo compatíveis religião e capitalismo, não há porque preconizar o fim da religião ou até mesmo o seu declínio. Nesse novo paradigma um ambiente religioso sem intervenção estatal, desregulado, pluralista e com crescente competição entre as empresas de salvação, a atividade religiosa só vai aumentar (MOREIRA, p. 134). A atividade religiosa aumenta e é perfeitamente compatível com um sistema econômico capitalista. A competitividade mobilizaria as competências no campo religioso assim como ocorre no comércio de bens e serviços. O sistema religioso, como todo organizado, se adequaria às exigências de um mercado, aprimorando-se cada vez mais para atender às demandas.

Dentro da atividade religiosa Finke e Stark apresentam um subsistema denominado economia religiosa. E consiste nas atividades religiosas em qualquer

sociedade, incluindo um mercado de atuais e potenciais adeptos, o conjunto de uma ou mais organizações buscando atrair ou manter adeptos, e a cultura religiosa oferecida por essa (s) organização (ões) (FINKE&STARK *apud* Moreira, p. 134).

O modelo da economia religiosa representa um ideal-tipo e o resultado acabado da longa trajetória do funcionalismo-liberal (MOREIRA, p. 133). “Assim como numa economia comercial se distinguem os elementos da oferta e da procura de bens, o mesmo se dá na economia religiosa com uma oferta e uma demanda de bens religiosos” (MOREIRA, p. 134). Numa economia comercial ocorre sem dúvida o aprimoramento dos bens oferecidos, pois, no livre comércio a tendência é a especialização cada vez maior com o objetivo de atender melhor os consumidores de bens e serviços. O pluralismo favorece a competição entre as firmas religiosas, mobilizando muito mais as competências e os recursos de cada firma religiosa, trazendo um dinamismo para o mercado religioso (MOREIRA, p. 136).

Conclusão

Concluindo, percebe-se que a religião não se esgotou e continua perseverando em sua existência, mesmo a contra-gosto de alguns setores da sociedade. As questões espirituais que as diversas religiões pretendem abordar ou solucionar permanecem existindo mesmo que na esfera individual. São questões que estão em uma dimensão que se pode chamar de espiritual ou psicológica que o indivíduo prefere resolvê-las através da religião, por entender que é a melhor via de acesso ou de solução. E na existência de uma diversidade religiosa o indivíduo tem as mais variadas opções. Há que se considerar também que, diante da demanda existente, causada pelo próprio processo de modernização, pós-modernização e globalização, a verdade é que as empresas religiosas não dão conta de resolver todas as questões que lhe são apresentadas. As empresas religiosas são incapazes, estruturalmente, de suprir todas as necessidades religiosas de sua clientela (MOREIRA, p. 140). Vive-se neste mundo globalizado, violento, desumanizado e carente de sentido, uma crise de identidade que afeta o indivíduo em sua alma e em seu espírito que o faz recorrer cada vez mais a recursos que vão fugir das explicações científicas. Isso para não falar do acirramento das diferenças sociais e econômicas geradas pela economia globalizada, fazendo surgir movimentos sociais

que fazem interfaces com as questões religiosas, pois delas se alimentam e nelas se respaldam para se legitimarem. Os fatores religiosos contribuíram e tem contribuído de forma importante para muitos movimentos sociais que até se torna difícil, em alguns contextos, determinar onde começa a religião e onde começa o próprio movimento social (MOREIRA, p. 32).

As transformações ocorridas no campo religioso são inquestionáveis, conforme se verificou anteriormente. Na sociedade globalizada, segundo Steil (2008, p. 14), houve uma intensificação das formas místicas de expressão religiosa, produzindo diversos movimentos transversais de espiritualidades, engendrando novas articulações entre o tradicional e o moderno, o popular e o institucional, o local e o universal. As religiões se diversificaram ampliando horizontes e percorrendo caminhos antes não experimentados, se enriquecendo de componentes emocionais ao mesmo tempo em que recorre aos racionalismos e dogmas. Talvez porque, “enquanto mercadoria, a atividade religiosa torna-se dominada pela lógica da economia de mercado” (MARIANO apud Moreira, p. 137). E dessa forma tem necessidade de açambarcar de maior número de adeptos, se adequando às exigências e preferências dos mesmos. Ou ainda porque a demanda no campo religioso se transformou em consequência das diversas transformações ocorridas na sociedade já globalizada. O perfil do adepto foi transformado pelas próprias idiossincrasias dos indivíduos que habitam esse mundo globalizado. “A demanda principal é por religiões ou caminhos que possibilitem o contato direto com o sagrado, dentro de modelos místicos” (MOREIRA, p. 15).

As transformações ocorridas no campo religioso, segundo se percebe desde o início dessa análise, é algo que ocorre paralelo às transformações ocorridas na sociedade, provando ser a religião um fenômeno que não é estanque e imutável, pelo contrário, está em constante interação com a sociedade, dela se utiliza e por ela é utilizada, participando historicamente do contexto sócio-econômico-cultural dessa sociedade e por vezes se entrelaçando nesses contextos, interferindo e sofrendo interferências.

Abstract: This article is an analysis of religion and its social functions and their interrelations with other sectors of society. Religions are historical and dialectical interaction with other subsystems and spheres of society, transforming and being transformed. The changes occurring around religion are unquestionables, even in a globalized society, and these changes were not enough to propose the end of religion.

Key words: Religion; transformation, secularization, society, plausibility.

Referências:

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Trad. José Carlos Barcelos. São Paulo: Paulinas, 1985.

BORDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: perspectiva, 1998, 5 ed.

MOREIRA, Alberto da Silva. Seminário Religião e transformação social. Texto da aula da disciplina Religião e transformação sócio-cultural. Goiânia: 2011.

MOREIRA, Alberto da Silva. Empresas de salvação e capitalismo do imaginário como desafio à sociologia da religião. Caminhos, PUC-GO, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 127-158, jan.; jun. 2008.

MOREIRA, Alberto da Silva & OLIVEIRA, Irene Dias (Org.). *O futuro da religião na sociedade global*. São Paulo: Paulinas, 2008.

Texto científico recebido em: 01/12/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/05/2015

Revista Científica Vozes dos Vales - Ufvjm - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.